

RECURSO ESPECIAL Nº 1.355.516 - CE (2012/0244628-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADOS : TERESA NOEMI DE ALENCAR ARRAES DUARTE - CE003869
JOSÉ WELLINGTON DE LIMA LOPES E OUTRO(S) - CE009461
LARA ROLA BEZERRA DE MENEZES - CE022373
RECORRIDO : ENCI AGROINDUSTRIAL LTDA
ADVOGADOS : PAULO SERGIO PORTELA DE MACEDO E OUTRO(S) - CE003768
SÍLVIO CÉSAR FARIAS - CE006207

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL EM SEDE DE EMBARGOS A EXECUÇÃO, SENTENÇA QUE RECONHECEU A INEXIGIBILIDADE DE CONTRATOS DE CÂMBIO (EXPORTAÇÃO) PARA ANULAR A AÇÃO EXECUTIVA. TÍTULOS PROTESTADOS PERANTE SERVENTIA JUDICIÁRIA DIVERSA DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE. CONFIRMAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DOS REFERIDOS CONTRATOS. OFENSA AO ART. 75 DA LEI N. 4.728/65, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO INDEVIDA NA SENTENÇA. PROVIMENTO JURISDICIONAL DECLARATÓRIO QUE EXIGE ATENÇÃO AOS PARÂMETROS PREVISTOS NO ART. 20, § 4º, DO CPC. NOVA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS. RECURSO APELATÓRIO PARCIALMENTE PROVIDO

1. Irresignação recursal que se suporta em duas frentes de apreciação distintas, quais sejam: (a) a exequibilidade dos títulos objeto da execução embargada, e; (b) a regularidade da condenação em honorários sucumbenciais.

2. Consoante a prova dos autos os contrato de câmbio executados foram protestados perante a serventia de Limoeiro do Norte, não se descortinando a instrução prova da efetiva notificação da empresa pelada via carta registrada, devendo ser frisado que a sede da empresa recorrida, à época da celebração dos contratos de câmbio, já era fixada no Município de Itaiçaba.

3, Conforme o já decidido pelo Conselho Nacional de Justiça, "[...] princípio da territorialidade é vetor axiológico subjacente à sistemática dotada pela Lei 6.015/73, a ser observado por todas as serventias, e não apenas pela de registro de imóveis e de pessoas,

A mens legis do art. 130 da Lei 6.015/73 é clara e visa garantir a segurança e a eficácia dos atos jurídicos aos quais confere publicidade (art. 10, Lei 6. 5/73).

A não-incidência do princípio da territorialidade constitui exceção e deve vir expressamente mencionada pela legislação.[...]” CNJ-PCA 642 - Rel. Cons. Mairan Gonçalves Maia júnior - 85” Sessão j. - 26.05.2009 - DI -Lr 17.06.2009).

Estando a atuação do notário informada pelo princípio da territorialidade, nos termos o art, 9º da Lei re 8.935/94, assoma de forma incontestada a invalidade do protesto efetuado, do que ressaí a ausência de exigibilidade dos títulos exequidos, mitigando sua força executiva. Precedentes desta Corte. Sentença confirmada no ponto.

5. Em vista do caráter declaratório do decisum em exame, haja vista que tão somente reconheceu a nulidade dos títulos exequidos avulta indevida a aplicação singular do caput do art, 20 do Código de Processo Civil, pela simples fixação dos honorários advocatícios á proporção de 15% (quinze por cento) sobre o valor atribuído aos embargos, com atualização periódica com base no índice nacional d preços ao consumidor - INPC.

6, Na hipótese em tablado, valendo-se do grau de zelo do profissional, observado o lugar de prestação elo serviço, consideradas a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado, o tempo exigido para o seu serviço e as demais circunstâncias processuais estampadas nos autos em exame, arbitro a verba honorária em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), valor este que, a meu sentir, reflete os atos e esforços perpetrados pelo patrono da parte vencedora (apelada) na defesa dos interesses da parte que o constituiu. Sentença reformada no ponto

7. Apelação cível conhecida, e parcialmente provida.” (e-STJ, fls. 598/600)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados. (e-STJ, fls. 642/649).

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação aos arts. 75 da Lei 4.728/65; 20 do Código de Processo Civil/73, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, a) a possibilidade de realização de notificação extrajudicial de mora expedida por cartório de comarca diversa da do devedor e b) os honorários advocatícios forma fixados em montante exorbitante.

Contrarrazões apresentadas às fls. 694/696, e-STJ.

É o relatório. Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Quanto a questão de fundo o Tribunal de origem, manifestou-se nos seguintes termos:

"Compulsando os autos, identifico que a ação executiva objeto dos embargos opostos pela empresa ora apelante funda-se em contratos cambiais, cuja disciplina submete-se aos ditames da Lei nº 4.728/65, cujo art. 75 assim reza, verbis:

Art. 75. O contrato de câmbio, desde que protestado por oficial competente para o protesto de títulos, constitui instrumento

bastante para requerer a ação executiva.

A partir da leitura do preceptivo legal suso transcrito, fácil é perceber que o protesto válido é condição de exequibilidade do contrato cambial. Na hipótese, a notificação extrajudicial constitui em mora o credor do título, atestando, desse modo, sua exigibilidade.

Ocorre que, conforme o bem delineado pelo magistrado a quo, a instituição embargada não promoveu, escorреitamente, o protesto dos títulos levados à execução, haja vista sua realização em serventia cartorária díspar do domicílio do executado.

É que, in hoc casu, os títulos foram protestados perante a serventia de Limoeiro do Norte, consoante se vê da documentação adunada às fls. 14, 22, 30, 38 e 46 da instrução e, a despeito das informações com consignadas no instrumento de protesto, a notificação da empresa apelada fora realizada via carta registrada, da qual não consta prova efetiva do seu recebimento; frise-se que a sede da empresa recorrida, à época da celebração dos contratos de câmbio, já era fixada no Município de Itaíçaba.

À luz destas considerações, avulta como indevido o protesto levado a efeito pelo banco apelante junto ao Cartório de Títulos de Limoeiro do Norte, tanto pela ausência de prova efetiva da notificação da devedora quanto em face da ausência de atribuição territorial daquela serventia sobre o domicílio do devedor." (e-STJ, fls. 604/605)

Contudo, de acordo com o entendimento sufragado pela Segunda Seção do

Superior Tribunal de Justiça

Superior Tribunal de Justiça, firmado sob o rito dos recursos repetitivos "a notificação extrajudicial realizada e entregue no endereço do devedor, por via postal e com aviso de recebimento, é válida quando realizada por Cartório de Títulos e Documentos de outra Comarca, mesmo que não seja aquele do domicílio do devedor" (REsp 1184570/MG, rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, Segunda Seção, julg. 09/05/2012).

Confira-se a ementa:

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE AUTOMÓVEL COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA POR CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SITUADO EM COMARCA DIVERSA DA DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR.

VALIDADE.

1. A notificação extrajudicial realizada e entregue no endereço do devedor, por via postal e com aviso de recebimento, é válida quando realizada por Cartório de Títulos e Documentos de outra Comarca, mesmo que não seja aquele do domicílio do devedor. Precedentes.

2. Julgamento afetado à Segunda Seção com base no procedimento estabelecido pela Lei nº 11.672/2008 (Lei dos Recursos Repetitivos) e pela Resolução STJ nº 8/2008.

3. Recurso especial conhecido e parcialmente provido."

(REsp 1184570/MG, **Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/05/2012, DJe 15/05/2012 - grifou-se)

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. COMARCA DIVERSA. VALIDADE. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284 DO STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA PELO TRIBUNAL A QUO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 282 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO, NOS MOLDES LEGAIS. DECISÃO MANTIDA.

1. A alegada afronta à lei federal não foi demonstrada com clareza, caracterizando, dessa maneira, a ausência de fundamentação jurídica e legal, conforme previsto na Súmula nº 284 do STF.

2. É inviável a apreciação no recurso especial de matéria que não

Superior Tribunal de Justiça

foi objeto de prequestionamento pelo aresto a quo.

3. Esta Corte Superior adota o entendimento de ser válida a notificação expedida por cartório de títulos e documentos situado em comarca diferente na qual o devedor tem domicílio (REsp nº 1.184.570/MG, julgado sob o rito dos recursos repetitivos).

4. A não observância dos requisitos dos arts. 541 do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ torna inadmissível o conhecimento do recurso com fundamento na alínea c do permissivo constitucional.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1505259/SP, Rel. **Ministro MOURA RIBEIRO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/2015, DJe 26/05/2015 - grifou-se)

Nesse cenário, o apelo especial merece prosperar

Prejudicadas as demais questões suscitadas.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos à origem para que julgue a lide à luz da jurisprudência desta Corte.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator